

[291]

Não existe “net zero”

José Eli da Veiga

Valor - sexta 30 de julho 2021, p. A17

Parecia muito benéfica e promissora a adoção da neutralidade de carbono como objetivo estratégico no combate ao aquecimento global. Permitiu que as nações mais reticentes a metas de redução de suas emissões fossem atraídas para compromissos no âmbito da Convenção do Clima.

Também, estimulou muito o engajamento de outros agentes, como empresas, governos subnacionais e indivíduos. Em vez de terem que prever cortes, quase sempre associados a sacrifícios, todos se sentiram mais atraídos pela ideia de monitorar a evolução do saldo “líquido” do balanço entre emissões e remoções.

Também pareceu excelente a ideia de frear aumentos da concentração de gases nocivos na atmosfera mediante iniciativas compensatórias. Seria até possível zerar tais acréscimos, se a expansão de absorvedores naturais de carbono fosse logo seguida de forte difusão dos prometidos métodos artificiais de sequestro.

Tudo isto gerou mais esperanças de uma possível mudança tendencial. Na segunda metade deste século, o aumento do aquecimento global estaria atenuado, pois reagiria apenas ao estoque de gases de efeito estufa historicamente acumulado na atmosfera. O célebre “2°C” seria atingível.

Assim, algum compromisso com neutralidade, entre 2045 e 2060, está sendo discutido pelas nações que participarão da CoP 26, em Glasgow. Na grande maioria, isto ainda nem está em projeto de lei. Mas o panorama tende a mudar nos próximos três meses, como mostrará o website britânico Net Zero Tracker.

No âmbito corporativo, pululam iniciativas de marketing tentando convencer o público de que recuperação de florestas, produção de energia renovável e/ou compras de créditos de carbono amortizariam as emissões desta ou daquela empresa. Algumas chegam até a proclamar que já são “net zero”.

Porém, o efeito disto tudo foi o esmorecimento dos cortes de emissões, trocados por contestáveis promessas de remoções. Não surgiram métodos confiáveis para serem auditadas as estimativas de futuros efeitos de expansões da cobertura vegetal e, muito menos, eficazes tecnologias de sequestro.

Segundo artigo publicado pela Bloomberg, em 19/07/21, menos de 5% das compensações (offsets) realmente removem dióxido de carbono da atmosfera. E a fonte de tão chocante avaliação precisa ser mais conhecida por aqui. É a

Taskforce on Scaling Voluntary Carbon Markets (TSVCM), do Institute of International Finance (IIF).

Nada mais ilustrativo da atual descrença nas virtudes das compensações do que o recente relatório da Agência Internacional de Energia (IEA), intitulado “Net Zero by 2050”. Nele, elas foram tratadas como “incertezas-chave”, em míseras quatro páginas, na rabeira do segundo capítulo.

Embora assuma a política global pela neutralidade, em 2050, a IEA preferiu expor, nas demais 220 páginas, o imenso potencial do setor energético, rumo à transição para uma matriz sustentável, em vez de perder tempo e espaço com especulações sobre as possíveis maneiras de se reter ou resgatar carbono.

Muitos dos redatores e revisores de tão importante documento certamente vinham acompanhando a produção científica sobre o tema, crescentemente marcada, nos últimos anos, por evidências contrárias à ideia de compensação.

Sabiam, por exemplo, que, no sudeste da Amazônia brasileira, a floresta passou a emitir mais carbono do que a absorvê-lo, piorando as suspeitas sobre os reais efeitos de projetos de compensação natural. Síntese dos resultados obtidos pelo INPE só saíram, agora, na revista *Nature* (nº 595, 15/07/21), mas resultados parciais vinham sendo compartilhados, há anos, pela ampla equipe liderada pela climatologista Luciana V. Gatti.

Nada disto se compara, contudo, à verdadeira “pá de cal” sobre o âmago do raciocínio em que se baseia a proposta de neutralidade de carbono. Pois não é verdade que uma tonelada de carbono removido corresponda a uma tonelada de carbono emitido, já que o comportamento do sistema climático não é simétrico, nem linear.

Ao contrário do que se supõe, “a resposta do ciclo clima-carbono a uma emissão negativa de CO₂ não é igual em magnitude, nem de sinal contrário, a uma equivalente emissão positiva de CO₂”. Fato minuciosamente explicado por equipe canadense, liderada pela climatologista Kirsten Zickfeld, na revista *Nature Climate Change* (nº 11, 21/06/21).

Então, ao menos, três drásticas conclusões parecem se impor:

Será melhor que a CoP 26 contabilize o total dos compromissos de cortes de emissões, que aparecerem nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), em vez de dar bola para compensações que legitimem quiméricas promessas de neutralidade de carbono em meados do século.

As empresas que continuarem a tirar proveito oportunista de engodos do tipo “carbono neutra”, ou “net zero”, além de serem auditadas por grupos independentes de especialistas, precisarão ser legalmente obrigadas a apresentar ao público um plano de contenção de suas emissões.

Está mais do que na hora de seguir o exemplo da União Europeia, começando pela taxaço das emissões de carbono, inclusive de produtos importados.

= = =

José Eli da Veiga é professor sênior do Instituto de Estudos Avançados da USP: www.zeeli.pro.br